



**unifaema**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA**

**CAMILA PEREIRA DONIN**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**ARIQUEMES - RO  
2022**

**CAMILA PEREIRA DONIN**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de pedagogia do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de licenciatura em pedagogia.

Orientador (a): Prof. Ms. Roger Santos Lima.

**ARIQUEMES - RO  
2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

### FICHA CATALOGRÁFICA Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D683i Donin, Camila Pereira.  
A inclusão do aluno surdo na educação infantil. / Camila Pereira Donin. Ariquemes, RO: Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, 2022.  
33 f.  
Orientador: Prof. Ms. Roger Santos Lima.  
Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Pedagogia – Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, Ariquemes/RO, 2022.  
1. Inclusão Socioeducativa. 2. Educação Infantil. 3. Surdez. 4. Processo de Ensino-aprendizagem. 5. Docência. I. Título. II. Lima, Roger Santos.  
CDD 371.3

**Bibliotecária Responsável**  
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro  
CRB 1114/11

**CAMILA PEREIRA DONIN**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de pedagogia do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de licenciatura em pedagogia.

Orientador (a): Prof. Ms. Roger Dos Santos Lima.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Roger Dos Santos Lima  
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

---

Prof. Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins  
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

---

Prof. Esp<sup>a</sup>. Katiúscia Carvalho de Santana  
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

**ARIQUEMES – RO  
2022**

*Dedico este trabalho aos meus pais Luiza e Fabio , ao meu esposo Bruno, meu filho Derick, meu irmão Yan, aos familiares e amigos, que me apoiaram e incentivaram a seguir em frente com meus objetivos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos vai ser primeiramente a minha família, que durante esses quatro anos de faculdade me deu forças e me incentivou sempre a continuar, agradeço minha mãe Luiza Pereira Lima Neto, meu pai Fábio André Donin, meu esposo Bruno Santana Lima, meu filho Derick Henrique Santana Donin, meu irmão Yan Lima Donin, e outros familiares que no momento não citei. Agradeço a Deus por sempre estar me abençoando com muita saúde para continuar minha caminhada. Agradeço ao meu coordenador prof. Ms. Roger Santos Lima por ter me orientado com muita dedicação.

Enfim, a todos aqueles que me apoiaram direta ou indiretamente para a realização de mais um sonho, deixo aqui os agradecimentos que me permite na conclusão deste curso.

*“inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.” Maria Teresa Mantoan*

## RESUMO

A integração educacional de alunos com deficiências, especialmente, no ensino escolar é uma das principais metas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sendo assim o aluno surdo deverá ser incluído no ensino regular. Cabe ressaltar que a educação especial aproxima a pessoa surda da cidadania e de acessar outros instrumentos que a ela são disponíveis, principalmente, o de obter uma educação de qualidade e dignidade para trabalhar e conquistar seu espaço na sociedade, por isso, a educação não só alfabetiza, mas também desperta a consciência de que todo e qualquer indivíduo pode e deve estudar independente de limitações. Porém, nos casos excepcionais deve-se assegurar o livre acesso da criança a escola adequando-se no que for necessário para o exercício escolar de qualquer pessoa. Para tanto, não menos importante menciona-se que a tecnologia aplicada no aprendizado desses alunos contribui substancialmente com todo resultado a ser alcançado que é trazer o suporte para o indivíduo por meio do conhecimento escolar com a intenção de entender como é feita a inclusão do aluno surdo, este trabalho abordou uma questão pertinente ao processo inclusão e aprendizagem do aluno surdo na educação infantil com base em breve histórico do aluno surdo na educação e a relação desses alunos com todos os interessados que compõe o processo educacional infantil. Esta abordagem se deu através de fundamentação teórica, baseada nas pesquisas bibliográficas seguindo as normas da pesquisa qualitativa, sendo possível encontrar os dados essenciais para a pesquisa em questão. Para melhor compreensão discorreremos sobre o papel da escola na inclusão do aluno surdo: o trajeto percorrido pelo aluno surdo no decorrer do tempo; o processo de inclusão do aluno surdo na educação infantil; a relação professor e escola com o aluno surdo da educação infantil. Mediante as reflexões apresentadas no estudo sobre a inclusão do aluno surdo na educação infantil tem como enfoque a trajetória histórica na educação bem como a inclusão deste nas instituições de ensino infantil; e ainda, a relação que se estabelece entre professor e/ou escola para com o aluno surdo da educação infantil.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Educação infantil. Aluno. Surdo. Professor.



## ABSTRACT

The educational integration of students with disabilities, especially in school education, is one of the main goals of the Law of Directives and Bases of Education, so the deaf student should be included in regular education. It is worth mentioning that special education brings the deaf person closer to citizenship and to access other instruments that are available to them, mainly, to obtain an education of quality and dignity to work and conquer their space in society, so education not only literacy, but also awakens the awareness that each and every individual can and should study regardless of limitations. However, in exceptional cases, the free access of the child to school must be ensured, adapting to whatever is necessary for the school exercise of any person. Therefore, not least it is mentioned that the technology applied in the learning of these students contributes substantially to any result to be achieved, which is to bring support to the individual through school knowledge with the intention of understanding how the inclusion of the student is made. deaf, this work addressed an issue relevant to the inclusion and learning process of the deaf student in early childhood education based on a brief history of the deaf student in education and the relationship of these students with all stakeholders that make up the child educational process. This approach took place through theoretical foundations, based on bibliographic research following the norms of qualitative research, making it possible to find essential data for the research in question. For a better understanding, we will discuss the role of the school in the inclusion of the deaf student: the path taken by the deaf student over time; the process of inclusion of deaf students in early childhood education; the teacher and school relationship with the deaf student in early childhood education. Through the reflections presented in the study on the inclusion of deaf students in early childhood education, it focuses on the historical trajectory in education as well as its inclusion in early childhood education institutions; and yet, the relationship established between the teacher and/or school with the deaf student in early childhood education.

**Keywords:** Inclusion. Child education. Student. Deaf.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
2.2 GERAL.....	13
2.3 ESPECÍFICOS .....	13
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>14</b>
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>16</b>
4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	16
4.1.1 Marco histórico da legislação voltada para a pessoa surda.....	18
4.2 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
4.3 A RELAÇÃO PROFESSOR E A ESCOLA PARA COM O ALUNO SURDO DA EDUCAÇÃO INFANTIL...	22
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história da educação para surdos foi descrita por diversas tentativas e resistências. Por muito tempo, a comunidade surda foi vista como sujeitos incapazes e estiveram à margem da sociedade. Diante de um contexto passado a educação das pessoas com deficiências é caracterizada em alguns casos como isolamento ou afastamento, quadro que esteve presente na realidade do ensino brasileiro. E com o passar do tempo e a busca por melhores condições de aprendizagem essas pessoas adquiriram os instrumentos essenciais para trazer à tona o direito de serem inseridos nos sistemas regulares de ensino.

Dentro disso, construiu-se ferramentas que viabilizaram o acesso a inclusão tornando-se mais fácil a identificação por meio do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como fator marcante para início desse processo que apresentou a nação brasileira um grupo de pessoas que ainda não tinham acesso pleno a educação e cidadania.

Dessa forma, este trabalho pretendeu construir uma reflexão quanto inclusão do aluno surdo na educação infantil. Sendo assim, objetivou-se mostrar a trajetória do aluno surdo a fim de compreender toda sua luta até os tempos atuais, e mostrar a importância da Libras de ser inserida no cotidiano escolar, para que assim ocorra de forma mais eficiente a inclusão e desenvolvimento dos alunos desde educação infantil.

Na sequência, vemos que tem como ponto de partida o apoio da escola pública no processo de integração destes estudantes, porém, para uma melhor fundamentação desenvolveu-se por meio de três vertentes específicas são as seguintes: o trajeto histórico do aluno surdo na educação; a inclusão do aluno surdo na educação infantil; e ainda, a relação do professor e da escola com o aluno surdo.

No que se refere ao caminho percorrido para construção das ideias desse trabalho foi realizado pesquisas de caráter bibliográfico, com livros e artigos científicos das plataformas da internet, quanto ao método de pesquisa utilizamos o qualitativo, que pretende levantar os fatos ocorridos no espaço tempo.

Na sequência, como meio de solucionar os problemas postos e encontrados na presente pesquisa, a saber: a inclusão de pessoas surdas na educação infantil, é cabível um olhar atento para a aplicação de políticas públicas com a ideia de melhorar o ensino para surdos no ensino regular, que promovem um novo contexto educacional que precisa reestruturar-se, em respeito as singularidades de cada aluno mediante

instrumentos de qualificação dos professores, amparo das normas e principalmente do amparo das instituições escolares, tem adquirido também notoriedade pelo suporte trazido pelas tecnologias de informação, uma vez que, a tecnologia tem reunido todos os interessados no processo de aprendizagem do aluno surdo, em que atualmente está em franca ascensão.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Na atualidade a sociedade vigente, tem buscado reconhecer a diversidade e incluir as partes interessadas, em processo educacional que contemple as diferenças.

Cabe ressaltar, que a justificativa desse trabalho é concebida no propósito de aproximar a sociedade como um todo do universo do aluno surdo, para que possam conhecer o trabalho realizado durante árduos anos de luta no intento de assegurar a estes alunos, acesso livre a educação e dignidade para suas vidas.

Torna-se de suma importância refletir que estamos integrados em um meio social que marca o indivíduo em suas diferenças e dessas possam surgir concepções, que muitas das vezes nos impedem de avançar e de realizar de fato uma mudança de pensamento, quanto ao processo de aprendizagem do aluno surdo.

Destaca-se que por não terem o conhecimento acerca dos traços da surdez e principalmente como os sujeitos surdos se comunicam, a Língua Brasileira de Sinais foi tida por algum tempo como irrelevante algo sem aplicabilidade.

Portanto, a construção de políticas públicas em conscientizar a comunicação com os surdos de forma homogênea em todos os seus aspectos como o educacional, familiar e profissional desperta transformações na cultura nacional.

### **2.1 OBJETIVOS**

#### 2.2 GERAL

- Investigar o papel da escola pública para promover a inclusão escolar do aluno surdo na educação infantil;

#### 2.3 ESPECÍFICOS

- Descrever a trajetória histórica do aluno surdo na educação;
- Analisar como se dá a inclusão do aluno surdo na educação infantil;
- Apresentar a relação estabelecida entre professor e/ou escola para com o aluno surdo da educação infantil.

Logo, faz-se necessário, compreender que despertar o interesse pela Língua de Sinais não é um favor a ser feito e sim uma responsabilidade de todos que vivem em sociedade.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O desenvolvimento dessa pesquisa foi totalmente de caráter bibliográfico, adotando os normas da pesquisa qualitativa. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66):

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica se baseia em materiais já reunidos, compostos principalmente de livros e artigos, que consiste em um conjunto de informações que norteiam o desenvolvimento da pesquisa.

Portanto, a pesquisa bibliográfica é o principal meio de verificação para obter o conhecimento e seguir toda a trajetória de um determinado tema de pesquisa, e está inserida especialmente no meio acadêmico, a fim de trazer aprimoramento e atualização de conhecimento por meio da investigação em obras já publicadas (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

Além do mais, foi aderido à análise do tipo qualitativo, no sentido de averiguar a qualidade dessa pesquisa. A pesquisa qualitativa sendo ela um método de representação dinâmica e extensivo da realidade, visto que se leva em consideração os fatos não se devem estar fora do contexto, social, político e econômico. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na perspectiva de que a pesquisa qualitativa se faz presente em vários contextos da sociedade, tem como característica instigar e contrapor as informações que contêm em determinados assuntos, de acordo com Santana e Lemos (2018, p. 532):

No campo educacional, a pesquisa científica, numa abordagem qualitativa, tem encontrado no materialismo histórico dialético o método mais apropriado para a difusão do conhecimento social em

educação, pois busca através da análise qualitativa encontrar soluções para a transformação da realidade vivenciada, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico-social.

Entende-se assim que, a pesquisa qualitativa se tornou essencial por ter um embasamento teórico sólido através de textos científicos sobre determinados assuntos e objetivos, a fim de encontrar maneiras de mudanças para a realidade da sociedade.

Em vista disso, os textos bibliográficos serão analisados em artigos científicos qualificados e publicados nos últimos cinco anos. Por sua vez, essa bibliografia foi fichada na perspectiva de facilitar a escrita da pesquisa. Em concordância com Zambello (2018, p. 11), dispõe que: “Para evitar que se tenha que fazer a leitura de um mesmo texto sempre que for necessário recorrer a ele (ao elaborar um relatório, artigo ou monografia) é recomendável que se faça fichamentos das leituras realizadas.” Desse modo, o fichamento é uma ferramenta utilizada para coletar as informações que foram extraídas das pesquisas feitas em livros, textos ou artigos, sendo ele um componente importante na ordenação da pesquisa. Portanto, é de suma importância criar uma estrutura de organização do fichamento que facilite a identificação em momentos de necessidade.

Por meio dos recursos utilizados acima foi possível encontrar os dados essenciais para a pesquisa em questão, tornando-se assim possível alcançar o objetivo apresentados.

## 4 REVISÃO DE LITERATURA

### 4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Inclusão é a inteligência que temos de compreender e reconhecer o outro e, dessa forma, ter a oportunidade de conviver e dividir experiências com pessoas diferentes de nós (FUMEGALLI, 2012). A educação inclusiva recebe todos os indivíduos, sem distinção é para o aluno da educação infantil e regular com deficiência física, bem como para os que têm comprometimento mental, para os surdos para a criança que é excluída por qualquer outro motivo (BATISTA, et.al, 2016).

A história da educação dos surdos é marcada por diversas tentativas de lutas e resistências. Por muito tempo, a comunidade surda foi vista como sujeitos incapazes e estiveram à margem da sociedade. Sobre esse assunto, Nascimento (2021, p. 09), descreve que:

Com frequência, encontramos na literatura relatos de extermínios, atos cruéis e distintas formas de exclusão em função da cor, credo ou limitações físicas. Dentre esses grupos historicamente discriminados, a comunidade surda se destaca pelas representações sociais distorcidas construídas sobre a sua condição física.

Desta forma, nota-se que não somente as pessoas surdas, mas qualquer um que tivesse uma deficiência física, sofria discriminação e eram excluídas da sociedade.

Nesse contexto, observa-se que a história da educação brasileira voltada para pessoas surdas vem sendo escrita há muito tempo. Sendo assim, Nascimento (2021, p.12) expõe que:

As primeiras experiências educacionais voltadas para a comunidade surda no Brasil vão surgir no país ainda no período imperial, quando Dom Pedro II traz o professor francês Hernest Huet, que era surdo, para desenvolver trabalhos com duas crianças surdas.

Como foi possível ver nas palavras de Nascimento (2021), a educação voltada para as pessoas surdas, vem desde o Brasil Império. Outro fator que merece ser destacado ocorre no século XIX, quando foram criadas as primeiras instituições para



atendimento a este público, entretanto as situações físicas desses locais eram extremamente precárias, continuando assim à margem da sociedade excluída (TEIXEIRA; OLIVEIRA; FREITAS, 2021).

Na segunda metade do século XIX, mais especificamente no ano de 1857, o professor francês Hernet Huet instituiu o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, em que teve amplo reconhecimento, tornando-se assim um grande avanço para a educação dos surdos (SANTOS; SOFIATO, 2020). Corroborando com o excerto no instituto era desenvolvido a língua de sinais, o que não acontecia nos outros estabelecimentos de atendimento as pessoas com deficiência pelo fato de não serem voltados para a comunidade surda (SANTOS; SOFIATO, 2020).

No início do século XX A língua de Sinais foi se tornando cada vez mais estruturada a ponto de haver um avanço na construção de pensamento na educação dos surdos que evidencia a comunicação desse grupo entre si e com a sociedade em geral (ZAVAREZE, 2009). Com a vinculação os outros laços a educação, como exemplo, a dança, os sinais, o teatro, a fala e a mímica, são manifestações a serem consideradas na filosofia da comunicação total (CÂNDIDO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021).

Essa forma de comunicação foi aplicada vagarosamente pelas instituições especializadas já que elas apresentam raízes da oralidade. Desta forma, se deu novas aberturas para a educação especial, sendo mais democráticos e adequados, apesar da língua de sinais não ser reconhecida no Brasil oficialmente (CÂNDIDO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021).

Em 1951, a comunidade surda estabelece a *World Federation of the Deaf – WFD* (Federação Mundial de Surdos) que se reúne para defender os direitos das pessoas surdas, bem como, no Brasil, nesse mesmo período, ocorre a regulamentação do ensino do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos-Mudos (SOUZA, 2000).

Na descrição de fatos históricos na década 1970, do século XX ocorre o Congresso Mundial de Surdos, sediado em Paris, em que são apresentados variados estudos e pesquisas, desempenhados em sua maioria na Universidade de Gallaudet, sobre a Comunicação Total (SOUZA, 2019).

Em fins da década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, Art. 205. A educação passou a ser “[...] direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988). Sendo assim, todos os indivíduos tiveram direito a

educação, inclusive as pessoas com deficiências marco esse que vem a ser reforçado posteriormente por outras políticas nacionais.

Corroborando com o trecho acima, no ano de 1996 ampliou-se ainda mais a inclusão das pessoas com deficiência quando a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394 em seu Art. 58. Descreve a educação especial é “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 1996). Dessa forma, a LDB deu mais realce aos alunos com deficiência no ensino regular tendo seu direito a igualdade educacional e a oportunidade de ter acesso ao ensino.

No entanto, Kassar (2011) A educação especial no Brasil, assim como no mundo foi moldada por fundamentos assistenciais e clínicos, com características de dimensão que diferenciasse, a educação de pessoas com deficiência ao sistema comum de ensino.

De acordo com o assunto supracitado, é de suma importância compreender como suas proporções históricas se aplicavam, a fim de entender o papel exercido por esses indivíduos na sociedade, que veio evoluir com o tempo e assim propor melhoraria da credibilidade do ensino especial. Dessa maneira, podemos perceber que o avanço foi significativo, mas que para ter uma inclusão de totalidade ainda necessárias mudanças significativas na educação tradicional (FREITAS; SILVA, 2020, p. 5).

#### **4.1.1 Marco histórico da legislação voltada para a pessoa surda**

Com a promulgação da Constituição Federal brasileira emergiram outras ferramentas legislativas que vieram para auxiliar o exercício da educação inclusiva como por exemplo, o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA) sancionado pela Lei nº 8.069/90. Como dispõe na Lei em seu artigo 53 inciso I e II:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:  
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;II  
- direito de ser respeitado por seus educadores; (BRASIL, 1990).

Como apresentado pelo Estatuto da Criança e Adolescente fica evidente que a educação para os alunos com deficiência está assegurada e que em conjunto com outras ferramentas legais constrói esse direito.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação conforme alterações recentes, é reforçado o papel da educação inclusiva e bilíngue para o aluno surdo como disposto no artigo 60-A da Lei 9394/1996 incluído pela lei nº 14.191 de 2021, descreve que:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizastes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021).

Com a virada do Milênio, o trabalho foi voltado para torna a educação um sistema que favoreça a todos sem distinção do acesso educacional como apresenta a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 em que explana no seu no Artigo 2º.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Com a presente lei citada é possível observar que, as escolas devem se organizarem para receber alunos com deficiências, e que cabe a ela proporcionar uma educação de qualidade que atenda todas suas demandas de atendimento educacional especializado.

Corroborando com o trecho acima, para que as pessoas com surdez tenham seu desenvolvimento por inteiro nas escolas se faz necessário que o tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS esteja presente em sala de aula, para isso foi sancionado a lei nº 12.319 de 2010 que em seu artigo 1º e 2º expõe:

1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e

proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Portanto, é de suma importância que este profissional se faça presente nas instituições de ensino, pois através dele ocorre a mediação entre os surdos e os ouvintes facilitando o processo de inclusão nas escolas.

Como podemos observar a seguir as políticas educacionais, estão presentes para fazer toda a diferença na questão do direito ao acesso à educação, de acordo com a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002). A partir disso a Língua Brasileira de Sinais passou a ser reconhecida e disponibilizada nas redes de ensino regular, juntamente com a integração do bilinguismo.

Nesse contexto, o bilinguismo pode ser definido pelo uso de duas línguas diferentes, para os surdos o bilinguismo é fundamentado pelo acesso da língua de sinais L1 (primeira língua) e, a língua portuguesa L2 (segunda língua), ou seja, deve aprender como língua primordial a língua de sinais, que é constituída como a língua Oficial dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seus familiares (SOUZA, 2018).

#### 4.2 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na perspectiva do bilinguismo (L1 e L2), fez com que as pessoas com deficiência auditiva ter maior facilidade de se comunicar com os demais alunos e professores tornando-se assim um meio propiciador da inserção no ambiente escolar a partir da educação infantil, de acordo com esse assunto Brito et al., (2019, p. 9) expõe que:

Esse poderá ser o maior desafio das escolas regulares, visto que a grande maioria ainda não tem profissionais capacitados, com domínio de LIBRAS para trabalhar com esses discentes, embora em alguns casos existam os interpretes educacionais.

Desta forma, foi observado que apesar do bilinguismo ser essencial ainda não se tem uma preparação correta dos profissionais, para atender as necessidades das crianças que já se encontram na fase de adquirir a linguagem proposta.

De acordo com o assunto citado acima, o aluno tem que ter contato com as duas línguas sendo elas: a L1 primeira língua (língua de sinais); e, a L2 segunda língua (língua portuguesa), de acordo com a LDB, Lei nº 14.191 de 2021, em seu Art. 60-A. Percebe-se que educação bilíngue de surdos é: “[...] a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua [...]” (BRASIL, 2021). Essa proposta tem como base oferecer a oportunidade de expressão por sua língua, sendo respeitada e tendo a facilidade da permanência na educação básica.

De acordo com o assunto supracitado, apesar de essa ser a principal ideia, podemos observar que esse contexto muda quando se chega na educação básica, Brito et al., (2019 p.10) descreve que: “O que se pode notar é que na maioria das escolas inclusivas existe a valorização da Língua Portuguesa como primeira língua para o aluno surdo ao invés de se trabalhar com a LIBRAS”. Dessa maneira, entende-se que os professores acreditam que a performance do aluno só ocorre quando eles possuem o domínio da escrita brasileira, porém a primeira língua que deve ser ofertada pelas escolas é a língua de sinais para em seguida aprender a língua portuguesa.

Corroborando com o trecho acima, nota-se que para alcançar uma inclusão plena, será necessário enfrentar o sistema de educação brasileira, já que a desigualdade linguística em sala de aula é muito grande. Para Zanoni (2018, p. 27): “Desta forma, comumente, os professores encontram-se despreparados e sem capacitação adequada para ministrar aulas para esses alunos, tendo que ministrá-las iguais aos ouvintes”. Nesse contexto, mostra que a realidade de que a escola teria que se adaptar constantemente aos alunos com deficiência não acontece, pelo fato de que além de não ter profissionais capacitados para isso as instituições acabam também não tendo uma estrutura adequada para receber essas pessoas.

De acordo com o trecho mencionado acima, a falta de preparação de muitas escolas acaba prejudicando as crianças que precisam de um atendimento especializado. Apesar disso não é possível generalizar, já que determinadas instituições prontamente estão disponibilizando cursos para seus profissionais, com o propósito de buscar cada vez mais a inclusão de forma natural (ZANONI, 2018).

Com efeito, o Governo Federal, na perspectiva de formar profissionais na área de Libras, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) criou por meio da portaria nº 20/2010 o Prolibras – Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso

e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a certificação de proficiência em tradução e interpretação da libras/língua portuguesa pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na finalidade de promover o acesso da comunidade surda em conexão com a Libras. Com o respectivo Programa, nota-se que os profissionais têm acesso a uma formação de qualidade para que assim consigam, trazer aos alunos com surdez a comunicação eficaz da Libras.

Nessa perspectiva, a inclusão deve ocorrer de maneira natural para facilitar o progresso das pessoas com deficiência no decorrer de sua jornada na educação básica, Silva e Menezes (2020, p. 3), descrevem que para a educação inclusiva acontecer é necessário ser de: “[...] forma dinâmica e objetiva onde atenderá a diversidade, pois os educadores que trabalham com a inclusão na educação infantil devem reconhecer e atender as diversas necessidades de seus discentes [...]”. Sendo assim, é importante que os professores acompanhem os ritmos e necessidades de cada um dos alunos, buscando estilos diferentes, trazendo uma educação de qualidade para todos.

Deste modo é notável que a escola se faz essencial para o desenvolvimento das crianças surdas, pois dentro das instituições elas estão inseridas em um contexto repleto de novos conhecimentos e vivências, Culau, Lira e Sponchiado (2015, p. 12) apontam que: “[...] se a criança surda for estimulada desde pequena, entrando em contato com a escola, com outras crianças e com o mundo que está ao seu redor, esta pode ser bem-sucedida em toda sua caminhada escolar [...]”. Entende-se assim que, a escola deve estar sempre preparada para tamanha diversidade, porém não basta apenas estar inserido no contexto escolar para ser incluído é necessário que as crianças sejam apoiadas e estimuladas pelas instituições, fazendo-se deste um lugar de aprendizagem para todos.

#### 4.3 A RELAÇÃO PROFESSOR E A ESCOLA PARA COM O ALUNO SURDO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola é o espaço especializado para a aprendizagem igualitária, esta ainda tem a tarefa de promover oficinas que possibilitam a inserção da língua de sinais em eventos sociais que propiciem a divulgação destes e facilite o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdo (FERNANDES, 2021).

De acordo com Brito et al. (2019, p. 11): “O espaço educacional escolar é por excelência oportuno e necessário, não sendo concebível negar esta prerrogativa que lhe é própria no tocante a valorização da dignidade humana e cidadania”. Sendo assim, a escola tem um papel fundamental para fazer a inserção dos alunos surdos, em toda seu espaço físico e pedagógico. Posto isso, as instituições de ensino não podem negar as pessoas de ingressar por razões de raça, sexo, idade, cor ou deficiência.

Nessa perspectiva, em uma escola inclusiva não se carece realçar as desvantagens e deficiências de seus alunos, deve-se usá-los de base para educar com apoio no respeito e a diversidade, Furtado (2021, p. 18), expõe que:

As escolas devem buscar formas de tornar o currículo acessível a todos, e assim assegurar sem distinção o direito a uma educação de qualidade, respeitando a diversidade, transformando as desigualdades e desvantagens dos alunos.

Desta forma, entende-se que para se tornar uma escola inclusiva se faz necessário ter mudanças e flexibilidade em seu currículo para atender as necessidades dos alunos, promovendo mais oportunidades que sejam aperfeiçoadas a cada criança com habilidades e interesses distintos.

Partindo desse contexto, levando em consideração que cada criança tem seu tempo de aprendizagem e que cada um tem o seu tempo de aprender, a escola carece estar preparada para ser inclusiva, Preato et al., (2020, p. 9), dissertam que:

[...] uma escola que tem o perfil inclusivo, preocupar-se-á não só com o método de ensino, mas também da formação do corpo docente e demais funcionários, buscará desenvolver projetos nesse ambiente para envolver toda escola, e o fundamental, planejará e valorizará o conhecimento do aluno nos aspectos: social, motor, cognitivo e afetivo, valorizando suas habilidades e competências, respeitando suas limitações.

De acordo com que a escola vai ganhando um aspecto inclusivo a instituição, deve-se englobar em seu desenvolvimento as extensões culturais que contenham as necessidades fisiológicas, que norteiam o embasamento de seus objetivos a serem alcançados, desse modo as instituições devem sempre estar buscando métodos de ensino e cursos para a formação de seus profissionais, pois tanto os professores quanto seus alunos precisarão de tal suporte.

Sendo assim, e de suma importância a interação professor e aluno surdo além de um material adaptado para ter uma inclusão em sua totalidade, tornando a aprendizagem um método constante e construtivo, para Pereira, (2021, p. 15): “Os professores são constantemente desafiados a inovar em seu processo de ensino aprendizagem numa educação bilíngue, sendo notória a influência dos profissionais da educação no novo método da escola inclusiva [...]”. Dessa maneira, trabalhar com experiências pedagógicas variadas traz novos caminhos para uma inclusão e um ensino bilíngue de qualidade, sendo a língua uma ferramenta necessária para ambos.

Partindo do assunto supracitado, a comunicação mostra sua necessidade de estar presente no ambiente escolar sendo um facilitador do ensino aprendizagem, desta forma, a interação se comparece no diálogo entre professor e o aluno surdo através da língua de sinais, posto isso é possível notar a grandeza de sua importância para os surdos nas instituições e nas interações com os professores, pois com ela consegue promover a comunicação, a troca de saberes e vencer as barreiras encontradas (LIMA, 2021).

Sendo assim, para que a aprendizagem do aluno surdo aconteça da forma mais natural possível são fundamentais as estratégias de um ensino baseado nas formas da ludicidade que precisam suprir as necessidades dos alunos, sendo de forma atraente e prazerosa tanto para os professores quanto para seus alunos, tornando o espaço escolar inclusivo em sua totalidade, com ensino de qualidade para todos.

É notável que o processo de acesso à educação não se constrói apenas nas ações do professor em sala de aula, pois requer uma cadeia de cuidados e compartilhamento de informações entre os profissionais que atuam em cada parte do processo, dessa maneira, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) tem reforçado o trabalho destes profissionais em sala de aula como um suporte que ajuda a diminuir as limitações e auxilia na inclusão dos surdos, pois facilita a comunicação entre os surdos e os ouvintes. (MARIOT, 2020).

Sendo assim, as TDIC vêm ganhando mais espaço dentro das instituições na intenção de melhorar o ensino aprendizagem, o convívio e a inclusão, entende-se que a tecnologia permite que as escolas forneçam uma preparação de qualidade aos estudantes na comunicação, informação e desenvolvimento do aluno surdo.

Partindo desse contexto, o envolvimento dos alunos surdos com as tecnologias pode trazer uma melhoria significativa da inclusão, pois proporciona maior participação dos mesmos nas propostas pedagógicas das TDICs, de acordo com



Souza (2021, p. 16): “Dessa forma, as TDICs são entendidas como uma prática mediadora que se desenvolve em diferentes direções [...]”. Sendo assim é notório que as tecnologias auxiliam no processo de construção do conhecimento, ajuda na comunicação entre os usuários e na integração entre os professores e os alunos, de tal modo as TDICs são vistas como um instrumento pedagógico importante e chega para colaborar progressivamente no processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, torna-se essencial que as instituições se empenhem em proporcionar os recursos tecnológicos para melhorar o progresso dos alunos, sempre buscando trazer a estes maior aproximação das informações, das interações sociais, e da comunicação, para que haja uma aprendizagem de qualidade e inclusiva (MARCELINO, ACOSTA, 2021).

Para tanto, a realização de atividades que constituem as interações sociais contribui para uma prática educacional inclusiva em um ambiente de aceitação dos alunos surdos e ouvintes entre si, e com os agentes que os cercam, pois o professor tem o papel fundamental de ser o mediador dentro da sala de aula para assim conseguir ter o êxito da inclusão (PINHEIRO, 2018).

Nesse sentido, o papel que o professor exerce dentro da sala de aula é de grande relevância pois é capaz de trazer junto com as políticas públicas um ensino de qualidade para todos, auxiliando no processo de ensino aprendizagem, nas interações entre os estudantes e na inclusão dos alunos surdos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as reflexões apresentadas no estudo sobre a inclusão do aluno surdo na educação infantil tem como enfoque a trajetória histórica na educação bem como a inclusão deste nas instituições de ensino infantil; o marco histórico na legislação voltada para a pessoa surda, e ainda, a relação que se estabelece entre professor e/ou escola para com o aluno surdo da educação infantil, buscando trazer transformações para a educação.

Essa transformação tem procurado alinhar-se a essas políticas educativas que promovem um novo contexto educacional que precisa reestruturar-se, em respeito as singularidades de cada aluno mediante instrumentos de qualificação dos professores, amparo das normas e principalmente suporte da Instituições Escolares.

Para haver a inclusão do aluno surdo na instituição educacional será necessária uma formação continuada dos profissionais da educação para que assim possa ter maior interação entre professor/aluno e para que seja atendida as necessidades do indivíduo não ouvinte e atender além disso as questões relacionadas a legislação.

Vivenciamos nos dias atuais, o surgimento de parcerias que vem fortalecer a cada dia a educação dessas pessoas por meio da perspectiva inclusiva que tem despertado mudanças no sistema educativo brasileiro, principalmente, com o advento das Tecnologias da Informação aplicada a Educação.

É de suma importância que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) seja inserida no ambiente escolar, pois ela é eficazmente um instrumento de facilitação da comunicação, e posteriormente uma ferramenta de ensino-aprendizagem, se tornando assim um direito de comunicação por pessoas ouvintes e não ouvintes, promovendo a integração e a inclusão social.

## REFERÊNCIAS

- ANA, W. P. S.; LEMOS, G. C. Metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 4, n. 12, 2018. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1710#:~:text=Concluiu%2Dse%20que%20as%20pesquisas,para%20pesquisadores%2C%20professores%20e%20estudantes>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BATISTA, S. S. **Práticas Pedagógicas para a Inclusão: uma reflexão sobre o processo de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**. Anais II CINTED. Campina Grande. Realize editora. 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/23223>. Acesso em: 16 out. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 dezembro 1996**. Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 06 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm). Acesso em: 17 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 17 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%20%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,L%C3%ADngua%20Brasileira%20de%20Sinais%20%2D%20LIBRAS](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%20%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,L%C3%ADngua%20Brasileira%20de%20Sinais%20%2D%20LIBRAS). Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 15 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 17 mar. 2022.

BRITO, M. D. O. et al. Inclusão de um aluno surdo em uma turma de educação infantil na rede municipal de Parnaíba-Pi. **PSICOLOGIA & SABERES**. v.8, n.10 2019. Disponível em:

<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/892>. Acesso em: 05 mai. 2022.

BRITO, M. D. O. et al. Inclusão de um aluno surdo em uma turma de educação infantil na rede municipal de Parnaíba-Pi. **Revista Psicologia & Saberes**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 4–15, 2019. DOI: 10.3333/ps.v8i10.892. Disponível em:

<https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/892>. Acesso em: 05 mai. 2022.

CONEDU-Congresso Nacional de Educação. 5. 2018. Campina Grande. Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica. Realize Editora. 2018. p. 1-9.

CULAU, J. C.; LIRA, D.; SPONCHIADO, D. A. M. Inclusão na educação infantil: um estudo a partir da legislação e da escola. Disponível em:

[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17631\\_7981.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17631_7981.pdf). Acesso em: 25 abr. 2022.

FREITAS, C. R.; SILVA, C. C. A educação das pessoas com deficiência no brasil e na rede federal de ensino com enfoque no aluno surdo: uma abordagem sobre os aspectos legais e históricos do processo de inclusão escolar. **Revistabrasileirada educação profissional e tecnológica**. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7975>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FREITAS, C. R.; SILVA, C. C. A educação das pessoas com deficiência no brasil e na rede federal de ensino com enfoque no aluno surdo: uma abordagem sobre os aspectos legais e históricos do processo de inclusão escolar. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**. v. 1, n. 18. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7975>. Acesso em: 17 out. 2022.

FUMEGALLI, R. C. A. Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?. **Ijuí – RS 2012**. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/716>. Acesso em: 09 out. 2022.

FURTADO, J. G. A. L. **Relação família e escola na percepção dos pais:** comunicação e inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino. Orientadora: Maria Clerya Alvino Leite. 2021. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1322>. Acesso em: 09 abr. 2022.

KASSAR, M. C. M. Educação Especial No Brasil: Desigualdades e Desafios No Reconhecimento da Diversidade. **Revista de Ciência da Educação**. v. 33, n. 120, p. 833-849, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QifVWpqjdyFHDP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

LIMA, L. B. **Professor ouvinte e aluno surdo:** qual caminho para a interação?.

Orientador: Prof. Msc. Heber Allison Lima Felinto. 2020. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.

Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/xmlui/handle/177683/1293>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MARCELINO, J. A.; ACOSTA, G. V. M. Educação superior inclusiva: ensino de Contabilidade básica para estudantes com diversidade surda. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 37, p. 135-149, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3113>. Acesso em: 24 out. 2022

MARIOT, A. **Tecnologias digitais de informação e comunicação como ferramenta de acessibilidade no ensino de Química**. Orientador: Dr. Manoel Leonardo Martins. 2020. 58 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, Santo Antônio da Patrulha/RS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9803>. Acesso em: 24 set. 2022.

NASCIMENTO, J. C. **A educação e a inclusão de alunos surdos**: uma síntese a luz da história. Orientadora: Jéssica Andreza Alves Ferreira. 2021. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/xmlui/handle/177683/1324>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PEREIRA, C. F. **A relação do professor com aluno surdo no ambiente escolar**. Orientadora: Ielba Valeska de Farias Sousa. 2021. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1543?mode=full>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PINHEIRO, M. A. C. **A formação de professores e o Ensino de Biologia em salas de aula com estudantes surdos**. Orientador: Welton Yudi Oda. 2018. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Amazonas. 2018. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6842/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Maria%20%c3%81gatha%20Pinheiro\\_PPGE CIM](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6842/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Maria%20%c3%81gatha%20Pinheiro_PPGE CIM). Acesso em: 24 out. 2022.

PREATO, D. O. et al. Inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 9, p.73692-73705, sep. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17559>. Acesso em: 25 mar. 2022

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.; **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, A. N. M.; SOFIATO, C. G. A Educação de Surdos no Século XIX e a Circulação da Língua de Sinais no Imperial Instituto de Surdos-Mudos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v. 36. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/fZ8sBYL58YqWLPFTQkWNyqm/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SILVA, E. M. S.; MENEZES, A. M. C. A Inclusão do Surdo e seus Desafios na Educação Infantil. **Id on Line Rev. Mult. Psic.** v.14, n. 53, p. 878-889. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2922>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 16 set. 2022.

SOUZA, A. B. **Conflitos na construção de conhecimentos por um aluno surdo do ensino fundamental i em interação nas aulas de inglês de uma escola municipal inclusiva do rio de janeiro**. 2019. 300 f.: il.; 30 cm Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229668>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, J. T. **Ensino da língua portuguesa para surdos por meio das TDICs**. Orientador: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros. 2021. 19 f. Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2 Língua para Surdos) - Instituto Federal da Paraíba- IFPB/Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Diretoria de Educação a Distância. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/xmlui/bitstream/handle/177683/1203/O%20ensino%20de%20lp%20p%20alunos%20surdos%20por%20meio%20das%20tdics%20-%20Joilson%20T.%20de%20Souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2022.

SOUZA, P. P. U. **Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica**. Anais V CONEDU. Campina Grande. Realize Editora. 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/47071>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUZA, P. P. U. Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica. **V CONEDU- Congresso Nacional de Educacao**. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/47071>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUZA, V. R. M.; COSTA, E. S. **Vivência de inclusão**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão-SE, 2000. Disponível em: [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/12222928072021Aula\\_02.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/12222928072021Aula_02.pdf). Acesso em: 10 out. 2022.

TEIXEIRA, C. S. S.; OLIVEIRA, F. S.; FREITAS, I. M. D. Educação de surdos: repressões e conquistas. **Diversitas journal**. Santana do Ipanema/AL. v. 6, n. 2, p.2606-2626, abr./jun. 2021. Disponível em: [https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/1462](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1462). Acesso em: 15 mai. 2022.

WINAGRASKI, E. O ensino de Ciências para surdos: A criação e divulgação de sinais em Libras. 2017. 271f. Tese de doutorado (Doutorado em Ensino de Biociências e Saúde) –Instituto Oswaldo Cruz. Disponível em:< [file:///C:/Users/FAAR/Downloads/erika\\_winagraski\\_ioc\\_dout\\_2017.pdf](file:///C:/Users/FAAR/Downloads/erika_winagraski_ioc_dout_2017.pdf)> Acesso em: 24 out. 2022.

ZAMBELLO, A. V. Leituras, Fichamentos, Resumos e Resenhas. *In: Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. (Org.) MAZUCATO, T. Penápolis: FUNEPE, 2018.

ZAVAREZE, T. E. A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. **Portal dos Psicólogos**. Disponível em: [https://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0478#:~:text=Defici%C3%A2ncia%20e%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o-,A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rico%20cultural%20da%20defici%C3%A2ncia%20e,atuais%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20inclus%C3%A3o&text=Este%20artigo%20tem%20como%20objetivo,atuais%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20inclus%C3%A3o](https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0478#:~:text=Defici%C3%A2ncia%20e%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o-,A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rico%20cultural%20da%20defici%C3%A2ncia%20e,atuais%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20inclus%C3%A3o&text=Este%20artigo%20tem%20como%20objetivo,atuais%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20inclus%C3%A3o). Acesso em 09 out. 2022.





**DISCENTE:** Camila Pereira Donin


**CURSO:** Pedagogia

**DATA DE ANÁLISE:** 14.11.2022

### RESULTADO DA ANÁLISE

#### Estatísticas

Suspeitas na Internet: **2,43%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet 

Suspeitas confirmadas: **1,88%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados 

Texto analisado: **95,25%**

*Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).*

Sucesso da análise: **100%**

*Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.*

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.8.5  
segunda-feira, 14 de novembro de 2022 20:52

### PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **CAMILA PEREIRA DONIN**, n. de matrícula **39130**, do curso de Pedagogia, foi aprovado na verificação de plágio, com percentagem conferida em 2,43%. Devendo a aluna fazer as correções necessárias.

(assinado eletronicamente)  
**HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO**  
**Bibliotecária CRB 1114/11**  
Biblioteca Central Júlio Bordignon  
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

Assinado digitalmente por: Herta Maria  
de Açucena do Nascimento Soeiro  
Razão: Faculdade de Educação e Meio  
Ambiente - FAEMA